

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : 1338

DATA : 02 02 91

PG. : 13

Sertanista vê riscos na reestruturação da Funai

A idéia de reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai), transferindo 70 por cento do seu pessoal para o serviço fim, junto aos postos indígenas, no entendimento do sertanista, Cícero Cavalcanti Albuquerque, que lida com os índios desde 1945, deve ser refletida, de modo que esses trabalhadores tenham o mínimo de condições nessas regiões hostis onde vivem os silvícolas. Para tanto, o sertanista considera que a simples transferência do servidor sem o mínimo conforto, como residência e água potável além de escola, fará com que regresse de imediato, ocasionando um desgaste tanto para o índio como para o Governo.

O sertanista foi admitido em 1943 pelo general Rondon, no antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que deu origem a atual Funai. "Presto serviço até hoje, e vejo que dentro do quadro de servidores, existem mui-

tos dedicados à causa do bem-estar dos índios, mas considero da maior importância o atendimento dentro do posto indígena, e lá se deve ter a melhor assistência com pessoal dedicado e preparado para a educação dessa gente". E ainda acrescenta, "para a região amazônica é necessário o devido conforto com casa cercada, água potável, hortas, e criação de animais domésticos".

Um dos principais objetivos da reestruturação da Funai é evitar as constantes vindas dos índios à Brasília, para obter os bens materiais que aprenderam a utilizar, ou seja, ferramentas, materiais de caça e pesca, vestimentos. Segundo o sertanista essas viagens só aconteceram em função de não haverem ensinado ao índio os meios de produção, adestrando-os em trabalhos agrícolas, para que comprassem objetos com seus próprios esforços. E qualquer equipe enviada para os

postos indígenas deverá necessariamente ter conhecimento para ensinar os trabalhos de agricultura, criação de animais domésticos, entre outros.

Segundo Cícero Cavalcanti Albuquerque, a Funai, a partir da sua reestruturação, deveria ser administrada por um Conselho Deliberativo de Assistência aos Silvícolas, autônomo, ligado ao Poder Executivo, não ligado à Secretaria do Meio Ambiente.

Com essa renovação administrativa, surgiriam três coordenadorias relativas ao ensino, saúde e supervisão nas áreas indígenas ou postos. A coordenadoria de ensino agropecuário ficaria também com a agricultura, horticultura. A de saúde ficaria a cargo das instruções relativas a higiene na aldeia e malocas. A supervisão observaria os trabalhos e conheceria as reivindicações dos índios.